

APRESENTAÇÃO

A presente publicação, organizada em formato de dossiê temático, foi concebida com o objetivo de organizar textos de reflexão crítica a partir da análise geográfica sobre os impactos e as formas de resistência que se expressam na conjuntura brasileira. A proposta visa reunir análises da conjuntura brasileira desde o período do Golpe tramado contra a presidenta eleita Dilma Rousseff, até o que culminou na eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, que no marco desta publicação está em seu segundo ano de mandato, e todo retrocesso que um governo de extrema direita de inclinações fascistas impacta na sociedade, sobretudo na classe trabalhadora.

Em março de 2020, quando este edital foi lançado à comunidade geográfica para submissão de trabalhos, o Brasil, assim como o restante do mundo, declarava quarentena nacional em decorrência de uma pandemia severa provocada pelo vírus SARS-CoV-2 ou COVID-19.

Assim como os efeitos do vírus no organismo, os impactos de uma população inteira confinada em suas casas, para aqueles que podem desfrutar de alguma forma de moradia, ainda eram desconhecidos. Podemos atribuir esse desconhecimento ao despreparo mundial em lidar e proteger a população de uma crise sanitária de proporções globais, mas também ao obscurantismo negacionista que ocupa as políticas de governo de Jair Bolsonaro. O sucateamento e aparelhamento das universidades públicas, o corte abissal ao financiamento das pesquisas desenvolvidas nas universidades e demais entidades de pesquisa, as políticas de degradação ambiental, os impactos sociais e nas relações de trabalho em decorrência da reforma da reforma da previdência, o desemprego e a volta do Brasil para o mapa da fome são parte do cenário de precarização do qual se situa a entrada do Brasil na pandemia e, conseqüentemente, seus enfrentamentos à esta.

Embora a proposta inicial deste dossiê não tenha sido analisar a conjuntura brasileira em um contexto pandêmico, as reflexões aqui apresentadas saltam de forma essencial para compreensão do atual cenário e como movimentos sociais, organizações políticas, coletivos, entidades de representação e a classe trabalhadora se vêem frente à uma crise econômica e política, que se choca com uma crise sanitária. Além da reflexão da conjuntura, os presentes artigos nos provocam a pensar quais as saídas populares que podem ser desenhadas frente a este contexto.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 9-13, dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

O Caderno Prudentino de Geografia compreende que a Universidade e seus espaços de interlocução e socialização do conhecimento (grupos de pesquisa, laboratórios, revistas científicas, eventos, etc) precisam se posicionar criticamente a respeito da conjuntura que também assola a produção da ciência. O conhecimento está em disputa e para isso é preciso o esforço coletivo para contribuir e garantir o desenvolvimento do conhecimento científico crítico, construindo mobilização política para os enfrentamentos necessários. Temos, neste momento da história, uma oportunidade de sairmos das nossas cátedras e dialogar com a sociedade por meio do que fazemos enquanto produção do conhecimento científico. Embora o atual cenário de obscurantismo nos coloque em posição de estranhamento, sabemos que várias iniciativas vêm sendo desenvolvidas em todos os cantos do Brasil, onde pesquisadores e pesquisadoras se dedicam a produção da ciência comprometida com a emancipação social.

São com estas preocupações que o Caderno Prudentino de Geografia (CPG), periódico científico vinculado à Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) Seção Local Presidente Prudente toma sua posição na reflexão da sociedade brasileira. Este Dossiê Temático **“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”** traz para a reflexão temas importantes para a compreensão do mundo em que estamos vivendo. Desde a geografia buscamos dialogar com temas como questão agrária, trabalho, gênero, questão ambiental, saúde, questões etnico-raciais, educação e movimentos sociais.

O artigo que abre esta publicação traz como título “Reformas educacionais: retrocessos e resistência na atual conjuntura brasileira”, de autoria de Ângela Massumi Katuta. A autora traz elementos para refletir como as reformas educacionais na atual conjuntura brasileira evidenciam que projetos e políticas públicas educacionais são impostos pelo empresariado nacional e internacional, em acordos com governos da periferia do capitalismo e organismos multilaterais. Para a autora esta relação reflete em um cenário de acirramento da precarização do ensino e aponta como a principal estratégia para o enfrentamento das reformas educacionais as experiências no âmbito da educação popular historicamente articulada espacialmente por movimentos sociais.

O segundo artigo é de autoria de Editha Lisbeth Julca Gonza e Bibiana Conceição Rezende e é intitulado “As múltiplas escalas da violência contra as mulheres: a situação das mulheres na América Latina durante a pandemia da Covid-19”. Para as autoras o atual cenário de crise pandêmica em decorrência do vírus COVID-19 tem exposta uma crise econômica que já se encontrava instalada em muitos países, assim como também expõe a fragilidade do

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 9-13, dez, 2020.

sistema capitalista. A violência contra mulher é apontada pelas autoras como uma das facetas dessa crise. As autoras discorrem que estas formas de violência são reproduzidas em diferentes escalas, mas que se materializam na escala do espaço privado doméstico. Tendo em conta o período de isolamento social em decorrência da pandemia, houveram aumentos dos casos de violência contra a mulher e feminicídio. Neste cenário, as autoras apontam que as ações dos movimentos sociais têm assumido a frente na garantia da sobrevivência daquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Seguindo a temática ambiental vislumbramos o artigo “Conflito socioambiental amazônico: Governo Federal brasileiro versus Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)”, proposto por José Gustavo da Silva, Thaise Sutil, Juliana Debiasi Menegasso, Nilzo Ivo Ladwig e Teresinha Maria Gonçalves. Os autores comprometem-se a analisar os conflitos socioambientais instaurados na Amazônia no ano de 2019 utilizando-se da análise metodológica, história, tempo e contexto, a fim de compreender a fusão desses conflitos.

No artigo “O papel da internet nas jornadas de junho de 2013 no estado do Paraná”, os autores Flávio Henrique Navarro Hashimoto e Jeani Delgado Paschoal Moura remontam como a internet contribuiu para que as jornadas de junho de 2013 se tornassem um momento histórico da mobilização política no Brasil.

Abrindo as discussões da Geografia da Saúde o artigo “Políticas mundiais de saúde na pandemia do novo Coronavírus”, é desenvolvido pelos autores Maria Francisca da Rocha Oliveira e Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira, que pensando nesse cenário pandêmico discorrem a discussão em torno das políticas públicas e sociais de saúde adotadas para o enfrentamento da Covid-19.

Anselmo Cesar Vasconcelos Bezerra propõe o artigo “A Geografia da Saúde frente à crise da pandemia de COVID-19”, que busca apresentar como a geografia pode ser ativa no combate ao coronavírus, tratando de questões atuais e futuras (pós-pandemia).

Partindo para a temática étnico-racial, a autora Ivonete Aparecida Alves contribui a este dossiê abordando a temática étnico-racial, o artigo intitulado por ela de “Olhares negros sobre o território no combate às múltiplas opressões” apresenta um resgate histórico sobre a luta dos movimentos negros e sua resistência na construção de um território sobre os olhares de negras e negros.

Seguimos com o trabalho de Guilherme Costa Garcia Tommaselli intitulado “Necropolítica, Racismo e Governo Bolsonaro”, no qual o autor objetiva fazer uma análise

de conjuntura em torno dos temas da crise social, cultural, econômica e política na leitura do racismo.

Renato Emerson Nascimento dos Santos fecha esse bloco temático com a contribuição “A questão racial e as políticas de promoção da igualdade em tempos de golpe: inflexão democrática, projetos de nação, políticas de reconhecimento e território”. Parte da tese de que o Movimento Negro vinha, desde a década de 1980, conseguindo despertar na sociedade as críticas sobre os padrões de relações raciais, mas encontra entraves a partir de golpe de 2016 com a ascensão do conservadorismo.

Abrindo as reflexões sobre questão agrária, o texto “Conjuntura do veneno: agroecologia e cartografia social como pilares de resistência” de Joanna Amarante Silva Cavalcanti e Janaína Gaby Trevisan, trazem a partir da atuação das autoras na Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, relatos de experiência e ferramentas metodológicas como a cartografia social a análise dos enfrentamentos ao modelo de agricultura do agronegócio e a afirmação da agroecologia como, o que as autoras chamam de, o caminho para uma vida orgânica em todos os sentidos.

No artigo “A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil” de autoria de Paulo Alentejano, traz elementos da conjuntura agrária brasileira fortemente marcada pela hegemonia do agronegócio. Segundo a discussão realizada pelo autor, tal processo tem aprofundado a expropriação e a violência contra camponeses, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Nesse ínterim, a luta dos movimentos sociais do campo contra esse modelo agrário é a principal forma de resistência para a conquista da reforma agrária e produção de alimentos saudáveis através da agroecologia.

O artigo de Guilherme Delgado “Questão agrária e capital financeiro na agricultura brasileira” trata-se da versão digital do texto publicado no livro “Distopias e Utopias: entre os escombros do nosso tempo”. Neste texto, Delgado propõe uma atualização histórica e conceitual da relação capital financeiro e agricultura na economia política brasileira contemporânea. Destaque para a proposição presente na reflexão acerca de um mecanismo de reestruturação agrária, o zoneamento agro-hidro-ecológico.

O artigo “A questão agrária no Brasil: uma face da barbárie capitalista” de Claudemir Martins Cosme traz uma importante reflexão, da qual, segundo o autor, se propõe ir além da realidade imediata. A reflexão busca situar a conjuntura de retrocessos e retiradas de direitos nas contradições que marcam a formação territorial capitalista. Para isso o autor

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 9-13, dez, 2020.

perpassa pela questão agrária, questão indígenas e quilombola e como estes sujeitos têm resistido ao conjunto de violências praticadas pela burguesia do agronegócio.

O artigo “A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência” é um texto escrito por várias mãos pelos autores Bernardo Mançano Fernandes, João Cleps Júnior, José Sobreiro Filho, Acácio Zuniga Leite, Ronaldo Barros Sodré e Lorena Izá Pereira. O texto traz como objetivo debater o avanço do capital no campo, tomando como elemento o fim das políticas de reforma agrária no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. Os autores trazem dados de ocupações de terras e manifestações de movimentos sociais do campo, bem como os dados de criação de assentamentos e estrangeirização da terra para sustentar a análise.

Sobre a temática ambiental, os autores Marcos Sorrentino e Ernesto Luiz Marques Nunes apresentam suas contribuições através do artigo intitulado “Local/Global: caminhos da (in)sustentabilidade. A discussão dos autores toma como referências o modo de produção e consumo dessa sociedade e como isso dialoga com a questão socioambiental, apontando para possíveis alternativas para a construção de um outro projeto de sociedade mais sustentável, pela via da transição ecológica.

Por fim, o artigo que encerra este dossiê é de autoria de Marcia Yukari Mizusaki e José Gilberto de Souza, e traz como título “O campo brasileiro e a destituição de direitos: impasse dos trabalhadores e movimentos de luta pela terra/território frente ao ultraliberalismo”. Os autores buscam refletir sobre a atual conjuntura político-econômica, as particularidades dos processos de formação socioespacial brasileiro e seus reflexos na questão agrária e levantam questões para pensar os desafios e impasses para a classe trabalhadora e movimentos sociais de luta pela terra e território.